



MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE PORTOS E TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
28º REUNIÃO DO COMITÊ TÉCNICO DE INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS
(CONAPORTOS/CTIS) 2021

Data: 09 de setembro de 2021

Horário: 15:30h

Local: Vídeo conferência pelo *Teams* – sala virtual

Membros presentes:

Ministério da Infraestrutura:

Otto Burlier – Diretor do Departamento de Gestão e Modernização Portuária da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS)

Evandro Klauss - Coordenador Suplente do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS)

Casa Civil da Presidência da República - CC

Marco Antônio Vivas Motta – Suplente

Ministério da Justiça e Segurança Pública - Polícia Federal

Diego Barbosa Marques – Titular

Vitor Fonseca Farage – Suplente

Ministério da Defesa – Marinha do Brasil

Antônio Cezar Sales – Titular

Ministério da Economia – RFB/SECEX

Tiago Martins Barbosa – Titular

Alexandre Barbosa Paranhos – Suplente

Cassiano Klinger – Titular

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – VIGIAGRO

André Minoro Okubo – Titular

Agência de Vigilância Sanitária– ANVISA

Diego da Silva Moreira – Suplente

Agência Nacional de Transportes Aquaviário – ANTAQ

Fernando Antônio Correia Serra – Titular

Convidados:

Ministério da Infraestrutura

Fernanda de Souza Machado

Edigar Martins

Vinícius Gouveia Scartezzini de Rezende

Marco Aurélio Monteiro de Barros Thomé

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA

Igor Ticchetti Kishi

1. ABERTURA

O Coordenador do Comitê Técnico de Integração de Sistemas (CTIS), Sr. Otto Burlier, iniciou saudando os membros e convidados presentes na sala virtual, informando-os que o CTIS é um dos comitês que compõe a Comissão Nacional das Autoridades nos Portos (Conaportos), possuindo um viés técnico e caracterizando-se por receber informações, discutir e subsidiar temas relacionados à integração de sistemas junto aos Órgãos Anuentes.

Em seguida, informou que o objetivo da reunião é atualizar os membros sobre o andamento dos projetos de transformação digital do comitê.

2. APRESENTAÇÕES

2.1 Projeto Janela Única Aquaviária.

O Sr. Otto iniciou informando que o objetivo da Janela Única Aquaviária é integrar os fluxos dos dois sistemas, Porto Sem Papel - PSP e Portal Único de Comércio Exterior – PUCOMEX, eliminando a redundância de procedimentos desnecessários e, ao final, reduzir burocracia, custos e aumento da competitividade para todos os atores públicos e privados. Foram definidas 3 grandes fases do projeto que serão desdobradas

A primeira fase, Unificação do login dos sistemas Porto Sem Papel e Portal Único de Comércio Exterior, foi implantada em 19/07/2021. Com essa implementação, os usuários do PUCOMEX poderão acessar o Porto Sem Papel utilizando as mesmas credenciais, sem necessidade de novo login, simplificando as operações.

A segunda fase, seria o diagnóstico e harmonização dos cadastros redundantes entre os sistemas, levantamento de cadastros redundantes entre PSP, PUCOMEX e demais sistemas utilizados no setor portuário como, por exemplo, sistemas da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e sistema de embarcações da Marinha do Brasil.

Diante desse levantamento, serão identificados os dados necessários para cada Órgão e, posteriormente, será avaliada a possibilidade de harmonização de conceitos e integração desses cadastros redundantes, com a implantação prevista para dezembro/2021.

A Sr.^a Fernanda Machado, Coordenadora-Geral de Gestão de Portos, ressaltou que o que foi identificado no cadastro redundante, já está sendo trabalhado para ser retirado. Exemplo: o termo de responsabilidade, que é um termo que os usuários já utilizavam no sistema do Siscomex e PSP, mas de fato era uma obrigatoriedade para os usuários do Mercante. Destacou

que já eliminaram algumas redundâncias, pois ainda não conseguem ter uma percepção de várias outras, como o cadastro das tabelas. Mas os documentos que ocupam um tempo a mais poderão perceber a melhoria antes de dezembro. Ressaltou a importância do Serpro e o comprometimento e participação de anuentes.

O Sr. Otto continuou ressaltando a importância da parceria do Serpro no projeto, uma vez que possuem uma capacidade melhor para ajudar a identificar alguns potenciais existentes.

A terceira fase, análise e melhorias futuras do processo de negócios, , previstas em 3 fases distintas conforme demonstrado abaixo:

- Etapa 1- Setembro/2021, Mapeamento de processos AS-IS e TO-BE do Porto Sem Papel;
- Etapa 2 - Dezembro/2021, Mapeamento TO BE do Porto Sem Papel em conjunto ao novo Controle de Carga e Trânsito Aquaviário–CCT Importação;
- Etapa 3 - Março/2022, Roadmap de desenvolvimento do PSP com CCT Importação Aquaviário.

Destacou, ainda, a importância do apoio e engajamento de todos os atores envolvidos no projeto Janela única Aquaviária/PSP 2.0. Ressaltou que o Ministério da infraestrutura tem sido procurado por atores que estão identificando outras oportunidades para esse projeto, com interesse em acessar os dados do Porto sem papel.

2.2 Projeto PSP 2.0

O Sr. Otto informou que qualificaram o PSP 2.0 no programa Startup.gov do Ministério da Economia e terão uma grande agenda de trabalho ao longo dos próximos meses. A primeira entrega foi o Módulo de Avaliação dos serviços do Porto sem Papel pelos agentes de navegação em 30/06/2021. A funcionalidade permite que os usuários avaliem sua experiência continuamente no PSP durante a estadia das embarcações nos portos brasileiros, permitindo identificar a satisfação dos usuários e identificar mais precisamente os pontos de melhoria.

O serviço foi integrado ao módulo de avaliação do Governo Federal e coloca o Porto Sem Papel dentro das melhores práticas previstas na Estratégia de Governo Digital. Isso possibilitará o monitoramento público do desempenho dos serviços públicos prestados. Até o momento receberam mais de 5500 avaliações, sendo os dados preliminares como: excelente, boa, satisfatória, péssima e ruim. Sr. Otto elogiou essa estratégia, pois consegue trabalhar com base nos dados e identificar o que poderá ser aprimorado.

A Sr.^a Fernanda Machado ressaltou que continuam permanecendo com as melhorias, mas que o olhar para o péssimo e ruim é fundamental, pois a partir deles irão surgir novas funcionalidades e melhorias no sistema. Destacou ainda que um dos indicadores de impacto do projeto é o crescimento do resultado das avaliações recebidas.

Sr. Otto destacou que outra medida implantada foi a “Parceiros da Estadia”, onde permite que a agência de navegação que criou o DUV (agente protetor) conceda autorização para agências parceiras realizarem determinadas atividades no documento, tais como solicitar ingresso a bordo, emitir certificados da Anvisa, cadastrar tripulantes e passageiros, dentre outras. A nova funcionalidade trará uma economia para o setor portuário de US\$500.000 por ano.

Também destacou a integração ao sistema da Marinha para pagamento da Tarifa de Utilização de Faróis –SISTUF, que permite maior agilidade no processo de download da guia GRU e geração do termo de compromisso, trazendo uma economia de tempo equivalente a aproximadamente 2,83 meses por ano aos agentes. Para a fase 2 está prevista a implantação do pagamento acontecer por meio do PAGTESOURO.

Houve, ainda, a implantação da Integração ao Sistema de Informações Sobre o Tráfego Marítimo –SISTRAM, a qual permite à Marinha do Brasil maior controle sobre as embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras, seja em trânsito ou atracado em portos brasileiros, em atendimento à Estratégia Nacional de Defesa.

A disponibilização de informações a respeito das estadias trará maior consciência situacional marítima que tem como objetivo a preservação de vidas humanas e mitigar perigos ao meio ambiente, como colisões, encalhes, pescas ilegais, contrabando e piratarias.

O Sr. Otto, questionou se com a integração do SISTRAM, poderão ter alguma sensibilidade imediata ou só ao longo do tempo.

O Sr. Cezar Sales, representante da Marinha do Brasil, ressaltou que só ao longo do tempo. O Centro Integrado de Segurança Marítima, Organização Militar da Marinha que opera o SISTRAM, atua conjuntamente com outros órgãos de governo, então as informações irão fluir com uma rapidez muito maior para esses órgãos que atuam de maneira coordenada. Certamente será um ganho muito grande, embora ainda esteja no início para que se emita uma opinião a respeito do ganho real.

O Sr. Otto apresentou uma tabela com as diversas entregas que foram comprometidas com o Ministério da Economia. Algumas já foram antecipadas e outras estão dentro do cronograma de entrega.

A Sr.^a Fernanda, informou que a (SEME) e (SGD), sugeriram entregar a funcionalidade do pagamento da FUNAPOL já integrado ao PAGTESOURO. por conta disso, o prazo deverá ser repactuado.

2.3 Projeto *Port Community System* – PCS.

O Sr. Otto destacou que, na última reunião da Conaportos, estavam em uma indefinição sobre a continuidade do projeto ***Port Community System* – PCS**, em parceria com o governo Britânico. Em função da pandemia foram obrigados a rever o orçamento de diversos projetos apoiados pelo mundo. Ressaltou que houve diversas reuniões com os representantes do governo Britânico e os portos, com o intuito de tentarem focar no que seria mais estratégico para a continuidade desse projeto independente da parceria com governo Britânico. Ressaltou que as tratativas iniciaram em outubro de 2019, mas as implementações aconteceram em 2020/2021. O projeto estava previsto para 3 (três) anos, mas foi reduzido para 2 (dois) e, mesmo no segundo ano, houve um enxugamento do escopo bastante relevante. Destacou que seria dividido em 3 (três) grandes eixos: governança, processos e sistema.

No primeiro ano foram realizados, no eixo governança, a criação dos grupos local e nacional. No eixo processos foram criados grupos locais de trabalhos, mapeamento do processo atual (AS IS) e mapeamento de melhorias (TO BE) e, no eixo sistemas, foram definidos a arquitetura do PCS, a transformação dos mapeamentos de processos em subprocessos de TI e a definição das especificações técnicas para o PCS.

No segundo ano estava planejado a continuidade dos 3 (três) eixos, mas, em função da revisão orçamentária, tiveram que priorizar os temas mais relevantes. Então focaram principalmente no eixo governança, por compreenderem que o PCS não é uma solução apenas do poder público, mas principalmente dos atores privados. Os órgãos anuentes são uns dos atores que fazem parte do PCS, então é importante o engajamento da comunidade portuária local, para que tenham uma certa maturidade na verificação dos custos. Ainda ressaltou que pretendem terminar os mapeamentos dos processos iniciados na parceria com a PROCOMEX.

Destacou também que, se tiverem clareza dos projetos que deverão ser aprimorados, compreenderão que a construção do sistema será algo natural que irá acontecer e cada comunidade portuária deverá buscar recursos para implementar suas soluções. Então, em uma busca de priorização do projeto, optaram por cortar a parte de sistemas. Ressaltou que terão até final de 2021 e início de 2022 para terminar a parte de governança focando fortemente na construção do plano de negócio para portos de Santos e Itajaí, apesar de os portos Suape e Rio de Janeiro continuarem participando das reuniões de consultorias. Estão contratando o porto de

Hamburgo para ajudar na construção do plano de negócio de governança, que será compartilhado com outros portos que não faziam parte do projeto original. Informou que o intuito da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários - SNPTA é potencializar as iniciativas de todos os portos brasileiros.

O objetivo é avançar na direção do estabelecimento do plano de negócio do PCS, manter as comunidades portuárias engajadas e gerar impacto positivo no nível local (mapeamento de processos) e, conseqüentemente, impacto positivo no nível nacional (foco multiporto). Informou que, para ajudar na governança dos projetos, precisam quantificar quais são os custos de investimentos e operacionais para a implantação de um PCS. Os próximos passos serão: confirmar os parceiros implementadores, HPC (Plano de negócio), a empresa contratada pela *Palladium*, iniciar a elaboração dos planos de negócios, definir e convocar o grupo de stakeholders relevante, retomar e concluir o mapeamento de processos, convocar os grupos locais de governança/trabalho, retomar o grupo nacional de governança e manter a comunicação com a equipe da *Palladium*.

O Sr. André Okubo, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – VIGIAGRO, ressaltou que a primeira conferência remota foi realizada no porto de Santos pela Receita Federal. A Vigiagro entrou um pouco depois, havia uma grande preocupação até por questões de segurança de dados, mas estão notando que algumas outras iniciativas mais recentes estão sendo um pouco flexibilizadas.

O Sr. Otto, sugeriu marcarem uma reunião com Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA, sobre o projeto de conferência remota, CONFERE.

O Sr. Cassiano, representante do Ministério da Economia – RFB/SECEX, concordou em marcarem a reunião com a ABTRA, pois, no que se trata de conferência remota, a Receita Federal ainda está trabalhando na regulamentação técnica, uma vez que existem algumas normativas de segurança que futuramente irão estabelecer.

2.4 ENCAMINHAMENTOS

- Marcar reunião com Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados – ABTRA para apresentação do projeto CONFERE.

3. ENCERRAMENTO

O Sr. Otto, agradeceu a participação de todos. Sendo assim, deu-se por encerrada a 28ª Reunião do Comitê Técnico de Integração de Sistemas, da qual lavrou-se a presente ata que aprovada, será assinada preferencialmente por meio eletrônico pelos membros do comitê.
